

POLUIÇÃO SONORA

Verão: cuidado com seu ouvido

- Otite é mais freqüente no verão, com utilização de praias e piscinas;
- Usuários de ipods e walkmans e freqüentadores de casas noturnas estão mais expostos as perdas auditivas;
- Poluição sonora urbana pode trazer danos irreparáveis ao ouvido humano.

Com a chegada do verão e das férias escolares, os jovens utilizam com maior freqüência, durante o dia, as praias e piscinas e, à noite, as casas noturnas. Nesses dois ambientes, vale um alerta: o cuidado com os danos ao ouvido deve ser dobrado. Na vida urbana, vivemos regularmente com a poluição sonora dos carros, buzinas e obras e, nesse período, tanto a otite externa quanto a freqüência em boates e o uso excessivo de ipods e walkmans podem trazer danos irreparáveis ao sistema auditivo.

A poluição sonora é um problema enfrentado por quem mora em um centro urbano. A exposição prolongada a ruídos excessivos pode trazer problemas de saúde graves, tais como insônia, distúrbios cardiovasculares, irritabilidade, perdas de concentração e stress. Em um bairro residencial, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o índice máximo de ruído aceitável é de 55 decibéis (dB), durante o dia, e de 50 dB, à noite. Para se ter uma idéia, a intensidade da fala humana vai de 50 dB a 65 dB, existindo variações de pico que podem ir 30 dB acima ou abaixo dessa variável. Poderia ser considerado um som ensurdecedor aquele de intensidade acima de 80 dB, muito freqüente nos centros urbanos.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a perda de audição ronda cerca de 15 milhões de brasileiros. Nos EUA, estima-se que, considerando todos os tipos de deficiência auditiva, cerca de 28 milhões de americanos tem dificuldade para ouvir. O problema está presente em cerca de 17 em cada 1 mil crianças até os 18 anos de idade; em 314 em cada 1 mil pessoas acima de 65 anos e de 50% das pessoas acima de 75 anos.

Música alta

Ruídos com intensidade maior do que a permitida são ouvidos, por exemplo, em casas noturnas ou na utilização de aparelhos musicais (ipods, walkmans etc.). No primeiro caso, o hábito de freqüentar discotecas ou “baladas”, mesmo que esporádico, pode trazer alguma lesão auditiva. Com a evolução tecnológica, a potência dos equipamentos de som e dos instrumentos musicais aumentou: a música chega a ser ensurdecedora, não permitindo, muitas vezes, a conversa entre pessoas. A intensidade, nestes locais, vai a 122 dB, ultrapassando os limites de risco para audição. Segundo o England’s Royal National Institute of Deaf, 3 em cada 4 freqüentadores assíduos de danceterias estão sob risco de perda permanente de audição.

Já os usuários de walkmans e ipods comumente elevam o volume do som para encobrir sons externos como conversação ou ruídos de trânsito, em um nível entre 70 e 100 dB. Seu uso prolongado pode levar a reais prejuízos para o ouvido interno. Afastar-se de fontes de barulho excessivo são medidas para a proteção contra a perda de audição. Muitas vezes as pessoas só percebem que perderam a audição quando o quadro é irreversível e o problema já não pode mais ser tratado com medicamentos

- O uso do protetor auricular serve como um bloqueio para os sons mais altos. Ele pode ser utilizado dentro de boates, para evitar a sensação de surdez que costumamos sentir no dia seguinte às festas – comenta Cileide, complementando que o volume alto do som em locais fechados chega a 100 decibéis.

O Centro Auditivo Telex oferece protetores com registro do Inmetro, feitos sob medida para cada usuário, com a cor que o cliente desejar. A Telex, que tem protetores feitos em silicone ou

em acrílico para pessoas que costumam ter problemas de ouvido, também oferece opções para pessoas comuns que desejam ficar livres de barulhos, praticantes de esportes e para músicos. Nesse último caso, o protetor conta com um pequeno fone adicional para atenuar e, ao mesmo tempo, possibilitar ouvir toda uma orquestra ou banda com intensidade sonora mais confortável.

Otite

Segundo otorrinos e especialistas em audição, o número de casos de otite aumenta 70% no verão, quando a praia e a piscina são mais utilizadas. A entrada de água ou substâncias irritativas, assim como lesões geradas pela limpeza do ouvido, facilitam a ocorrência da infecção. O tipo de otite mais comum é causado por germes e fungos infecciosos provenientes da água, que acometem a parte externa do ouvido. Na prática da natação, por exemplo, é melhor prevenir do que remediar. O protetor é indicado para aqueles que apresentam otites frequentes e também pode servir como precaução para evitar a entrada de água nos ouvidos.

- É recomendado um acompanhamento com fonoaudiólogo, que pode indicar a necessidade de trocar o protetor depois de um certo período de uso – diz Cileide Olbrich, fonoaudióloga do Centro Auditivo Telex.

A fonoaudióloga Cileide dá algumas dicas para prevenir a otite no verão:

- **Utilizar protetores auriculares** - os protetores ajudam e evitam a entrada de água, deixando apenas a parte externa da orelha exposta. Mesmo com protetores, deve-se evitar o mergulho.
- **Não utilizar cotonetes** - os cotonetes "empurram" o cerume para o interior do canal auditivo e lá ficam acumulados, facilitando a retenção de água, que pode gerar a proliferação das bactérias e fungos.
- **Piscinas aquecidas e com cloro** - a alta temperatura facilita a proliferação de germes.
- **Toalha sempre à mão** - Secar cuidadosamente os ouvidos quando sair da água.
- **Nunca pingar nada dentro do ouvido:** óleo, álcool, etc

Importante: qualquer sintoma de coceira, sensibilidade a palpação, ouvido tampado, dor, ardência ou dificuldade auditiva, procurar um médico otorrinolaringologista.

Fonte: Telex Centro Auditivo

POLUIÇÃO SONORA

Poluição incomoda na cidade

Danielle Rabello

Caixas de som na calçada, som alto em igrejas e bares, ronco dos motores e buzinas dos carros. Como em quase todo centro urbano, moradores de Niterói reclamam da poluição sonora. Para agravar a situação, os três decibelímetros (aparelhos que medem a intensidade do som) estão desregulados e atrapalham as ações de fiscalização. Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente eles foram usados pela última vez no início do ano, durante uma operação motivada por denúncias feitas na gestão anterior. De acordo com a Secretaria, a maior incidência de reclamações de poluição sonora ocorre no Jardim Icaraí, São Francisco e na Região Oceânica, que concentram maior número de bares e casas noturnas.

Para a Comissão de Moradores de Niterói (Comnit) o Poder Público não está cumprindo com seu papel.

"A gente não vê fiscalização para conter a poluição sonora. Esse trabalho não tem evoluído na cidade. Em São Francisco, por exemplo, tem dias que ninguém dorme. Tem um clube na Grota do Surucucu que promove bailes funk, forrós, sambas e até vigílias evangélicas que viram a noite com o som altíssimo. Outra questão que tem de ser vista são os carros 'tunados' que param à noite na praia com o som no último volume. O poder público precisa ficar atento para isso. A Secretaria de Meio Ambiente precisa abrir os olhos para essa questão. Tem todo esse problema e a gente não encontra o prefeito para falar", critica o secretário-geral do Comnit, Ricardo Pache.

Quem circula pelo Centro, além do barulho dos carros, precisa aguentar a disputa de comerciantes por clientes. São dezenas de caixas amplificadoras posicionadas na porta de lojas populares, sacolões e açougues, muitas delas ocupando as calçadas. Em alguns casos, as caixas ficam lado a lado. É uma competição decibel por decibel para "ganhar o freguês no grito".

De tanto barulho, a conduta, muitas vezes, acaba provocando reação inversa.

"A gente até entende que é uma maneira de chamar os clientes, mas incomoda. Às vezes o barulho é tanto, somado ao barulho da rua que nem dá para entrar em alguns lugares. É igual ao caminhão de gás que passa de manhã cedo", reclamou o funcionário público Sidney da Silva, de 47 anos.

A atendente Natália da Silva de Almeida, de 24 anos, também reclama do barulho e pede fiscalização.

"Às vezes eu fico irritada e com dor de cabeça quando entro em um lugar onde tem muito barulho. Os carros com som alto na rua também incomodam muito. Já cheguei até a chamar a polícia uma vez", contou.

Templo - Na Rua Visconde de Moraes, no Ingá, o barulho infernal, segundo os moradores, vem do templo de uma igreja evangélica. Cansada de tanto barulho, a vizinhança está organizando até um abaixo-assinado para apresentar às autoridades.

"A gente tem a impressão de que eles estão exorcizando dentro da minha sala. É um tormento que não tem hora, acontece de manhã cedo, à noite, de madrugada e nos fins de semana. O pior é que os fiéis nem são daqui, chegam em um ônibus pirata que fica estacionado em frente à igreja nos horários de culto", reclamou a artista plástica Maria Luíza Serrão, de 50 anos.

Subsídica de um prédio ao lado da igreja, a também artista plástica Maria Clara Cardoso contou que esteve conversando, recentemente, com o pastor e que este teria dito que nada poderia fazer quanto ao barulho.

"Ele falou que como o prédio é alugado, não dá para investir no isolamento acústico que é caro, mas prometeu tentar amenizar a situação usando apenas duas das quatro caixas amplificadoras do templo. Mas até agora nada mudou. A gente quer conversar na sala de casa, ver uma televisão e não consegue. Minha mãe tem câncer e não consegue dormir tamanho é o barulho. Já ligamos para a Secretaria de Meio Ambiente e para a Ouvidoria da Prefeitura, mas ninguém toma providência", relatou.

Problema pode causar danos à saúde, psicológicos e até sociais

De acordo com a especialista em Conforto Ambiental, Ana Lúcia Torres Seroa da Motta, professora da Escola de Arquitetura da Universidade Federal Fluminense (UFF), a poluição sonora pode causar danos à saúde, psicológicos e sociais.

"O som é uma onda mecânica que sacode todas as moléculas do corpo, provocando diversas formas de danos. Alguns estudiosos já afirmam que as frequências mais graves do som podem causar tumores no cérebro. O ruído difuso obriga as pessoas a falar mais alto, prejudicando a garganta. Há também os danos psicológicos, como irritação, nervosismo e até insônia, além é claro dos danos sociais, já que muitas vezes a comunicação entre as pessoas e a transferência de conhecimento também podem ser prejudicadas pela poluição sonora", explicou.

A Secretaria de Meio Ambiente de Niterói informou que está reunindo as queixas da população a respeito da poluição sonora e está montando uma equipe que contará com participação de fiscais de Posturas, para começar a realizar operações de fiscalizações até o fim do mês de novembro, quando os decibelímetros que estavam desregulados, serão devolvidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, para onde foram encaminhados para que fosse feito o ajuste.

Com os aparelhos e a participação dos fiscais de Postura será possível multar os estabelecimentos que não respeitam a Lei do Silêncio, sejam bares, casas noturnas, igrejas e lojas.

As reclamações podem ser feitas à Ouvidoria, no site da Prefeitura.

EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Áreas feitas por construtoras correm risco por causa do excesso de construções nos arredores

Criados como forma de compensação ambiental por potenciais danos resultantes da construção de empreendimentos imobiliários, sobretudo torres verticais, os parques urbanos implantados em Goiânia nos últimos anos estão sob ameaça. Arquitetos, urbanistas, ambientalistas e geógrafos ouvidos pelo POPULAR alertam que, se medidas de controle da ocupação no entorno não forem adotadas, eles correm o risco de se tornarem mais um problema urbano na capital. Comprometimento do lençol freático, ameaças a lagos, cursos d'água e nascentes; agravamento dos problemas de drenagem das águas superficiais e de trânsito e segregação social são alguns dos possíveis efeitos da política de adensamento desordenado.

Desde 2008, cinco parques foram construídos em regime de compensação ambiental e outros dois estão em andamento. Algumas unidades já dão sinais desse risco. Em parques relativamente novos, como o Flamboyant e o Cascavel – onde houve alteração do potencial construtivo original das áreas, causando grande atração imobiliária para o entorno –, as consequências já aparecem. Elas têm relação com o rebaixamento excessivo do lençol freático; redução do volume das águas dos lagos na seca; impactos sobre a drenagem das águas das chuvas e surgimento de gargalos no trânsito. Este, aliás, um dos mais notáveis efeitos da ocupação desordenada das últimas décadas, conforme mostrou ao POPULAR domingo passado, na primeira reportagem da série sobre expansão urbana sem controle. A segunda reportagem, publicada ontem, revelou o alto custo dos loteamentos distantes do centro urbano.

Nos Parques Flamboyant e Cascavel medidas urgentes já precisaram ser adotadas e outras estão previstas como forma de garantir a sobrevivência das reservas verdes. Ainda assim, há previsões nada animadoras. “No caso do Parque Flamboyant, existe a possibilidade real do lençol freático entrar em um processo de projeção geométrico de rebaixamento suportável para sustentar os lagos. Assim, eles poderão desaparecer num prazo de 8 a 10 anos, vindo a secar por completo, caso permaneça o atual ritmo de construção observado hoje no entorno do parque”, alerta o arquiteto e urbanista Renato de Melo Rocha, diretor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UniEvangélica, em Anápolis.

Armadilhas

“As compensações ambientais formalizadas pela administração pública com empreendedores, algumas vezes permitindo a construção de edifícios mais altos, podem se transformar em armadilhas futuras. Elas poderão determinar a extinção do nosso maior bem público inestimável: o conjunto de parques urbanos da cidade”, diz o arquiteto.

Segundo Renato Rocha, os problemas provocados pelo excesso de edifícios no entorno do Parque Flamboyant, no Jardim Goiás, se agravam, também, tendo em vista o perfil dos imóveis da região. Como muitos dos apartamentos são destinados a famílias de classe A, os edifícios oferecem duas, três garagens por imóvel, o que implica em uso excessivo do subsolo, comprometendo o lençol freático com consequências muito perigosas a curto prazo.

O acelerado processo de adensamento do Jardim Goiás, especialmente no entorno do Parque Flamboyant, e o conseqüente processo de impermeabilização excessiva dos terrenos na região já refletem no comportamento do Córrego Botafogo, destaca o arquiteto e urbanista Aluísio Antunes Barreira. “O solo não absorve tanta água que escorre na superfície em dias de chuva. A canalização do Córrego Botafogo já está no limite e o curso d'água ameaça transbordar em dias de maior volume de chuva”, afirma.

Essas condições, alerta o arquiteto, acabam demandando da administração pública um investimento para o qual ela não está preparada. Essas áreas se transformam em polos geradores de tráfego e atraem empreendimentos imobiliários e toda uma rede de serviços e de comércio, transformando tudo em volta. “É a infraestrutura existente nesses locais é para áreas de baixa densidade. Assim, o poder público acaba criando um problema para resolver, porque terá de investir em infraestrutura para esse novo perfil de bairros antes residenciais e que agora se transformaram em bairros verticais”, analisa.

É o caso de bairros como Universitário, Marista e o próprio Jardim Goiás e a divisa dos Setores Oeste e Coimbra. Próximo ao Lago das Rosas, no Setor Oeste, também surgem habitações verticais bastante altas, descaracterizando, segundo Aluizio, a vocação original da região. “Nada justifica isso. A administração pública tem de ter autonomia para definir seu planejamento, senão estará criando problemas para ela mesma resolver depois”, alerta. “Como não tem condições de investir como se espera em infraestrutura, a Prefeitura terceiriza alguns investimentos, como a implantação dos parques urbanos, sem discutir quem realmente ganha com isso.”

“O setor vê com bons olhos o instrumento da compensação ambiental. Trata-se de uma forma de requalificar as áreas de Goiânia”, afirma o presidente da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário, Ilézio Inácio.

Parque custa cerca de R\$ 3 milhões

A região do entorno do Parque Cascavel passou por mudanças em seu potencial construtivo para que a negociação entre donos das chácaras ali instaladas e a Prefeitura pudesse ser levada adiante. O Município permitiu a construção de torres mais altas e maior ocupação do terreno. Em troca, os empreendedores implantaram o parque. A ocupação acelerada, no entanto, já tem levado a efeitos nocivos. Há, já, comprometimento da recarga do lençol freático no local, o que tem obrigado a Agência Municipal de Meio Ambiente a tomar providências. Para a Prefeitura, a iniciativa na região gerou benefício ambiental à medida em que preservou as nascentes na área.

No caso do entorno do Parque Flamboyant, a Prefeitura promoveu a alteração dos índices construtivos em várias quadras, tornando-as de alta densidade. Para adequar a legislação, tanto para a construção do parque quanto dos imóveis, houve necessidade de remanejamento de lotes para adequação do sistema viário. Ainda assim, a região é uma das que mais sofrem com os problemas de mobilidade, ainda hoje.

De acordo com o gerente de arborização e urbanização da Amma, Antônio Esteves, a Prefeitura não tem como investir para implantar os parques na velocidade que a cidade necessita. “As compensações são feitas dentro de critérios legais. Áreas antes degradadas passam a ser utilizadas pela população”, ressalta. “Todo mundo sai ganhando”, diz. Segundo ele, um parque como o Cascavel custa mais de R\$ 3 milhões. “A Prefeitura não tem esse recurso e as compensações ambientais são uma saída”, diz.

EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO

Consumidor deve preocupar-se com a certificação em empreendimentos imobiliários

A contaminação do solo e do lençol freático do bairro Mansões de Santo Antônio, em Campinas (SP), é mais séria do que se imaginava inicialmente. No solo, os produtos lançados pela indústria de solventes, que funcionou no local por 20 anos, atingiram 15 metros de profundidade em uma área de 800 metros quadrados. Desde que foi informada da contaminação, em maio de 2003, a prefeitura e a Cetesb - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental determinaram medidas para evitar danos aos moradores: 847 vivem em chácaras e 112, no condomínio erguido no terreno onde funcionou a empresa. Os 19 poços artesanais das chácaras foram interditados.

No relatório apresentado à Cetesb, a empresa propôs alternativas de remediação, como remoção do solo, tratamento da terra no local e construção de barreira para isolar a área. Porém, a Cetesb aplicou multa de R\$ 30 mil à empresa. Já os moradores da região estão sendo cadastrados para a realização de exames, pois a contaminação pode causar diversas doenças, entre elas, o câncer.

De acordo com a advogada Renata Franco, especialista em Direito Ambiental, do escritório Emerenciano, Baggio e Associados - Advogados, durante a década de 1980, alguns imóveis destinados a atividades industriais foram convertidos para usos residenciais, tendência esta, que desde então tem se acelerado. "O processo de transformação urbana tende a se acentuar devido à promulgação de uma Lei Estadual, que possibilita a ocupação das zonas de uso predominantemente industrial por outros usos, até então vetados, como uso residencial ou comercial", explica.

De acordo com ela, em imóveis ou áreas que já tenham sido ocupados por atividades industriais, existe a possibilidade da presença de contaminantes no solo, ou mesmo em suas instalações prediais remanescentes. "Além disso, a existência deste tipo de contaminação pode ser fonte de poluição do ar, das águas superficiais e subterrâneas, podendo, ainda, representar riscos para a saúde pública e para o meio ambiente. Problemas como esses podem dificultar ou mesmo impedir a comercialização dessas áreas e sua reutilização para fins residenciais. Ocorre que, muitas vezes, a existência de contaminação do imóvel é desconhecida dos empreendedores imobiliários", diz.

Sendo assim, acredita Renata, o setor imobiliário deve atentar-se para a questão e passar a adotar medidas de precaução e procedimentos de análise antes da realização de qualquer transação imobiliária, ou mesmo, antes do início da implantação do empreendimento. "Neste sentido, semelhante aos certificados ambientais voltados para o setor industrial, tais como ISO 14001 e selos verdes, o mercado, ultimamente, vem impondo a necessidade de que o setor imobiliário adeqüe-se às necessidades e exigências da sociedade, com a adoção de certificado de regularidade em empreendimento imobiliário, que atestem ao público consumidor e à população de que o imóvel está isento de passivos ambientais e que estão em conformidade com as normas técnicas de materiais e componentes", comenta.

Para ela, devem ser obrigatórias ao setor imobiliário a realização da análise da evolução da estrutura urbana, localização e transformação dos usos do solo, "com o objetivo de melhorar o padrão das moradias e do ambiente urbano, e, conseqüentemente, agregar valor ao empreendimento", finaliza. (By Press)

Data	da	notícia:	21/02/2004	-	00:00:00
Última modificação: -					

EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO

Moradores de Maricá querem parque em área ameaçada pela especulação imobiliária

Cerca de 70 pessoas, entre pesquisadores, moradores e pescadores, estão reunidas hoje (11) em uma colônia de pescadores na restinga de Maricá, Região dos Lagos, no Rio de Janeiro, para traçar estratégias que impeçam o avanço da especulação imobiliária na área.

As famílias de pescadores da região e a comunidade, em geral, defendem a criação de um parque na região, transformando a restinga, que é área de preservação ambiental (APA), em unidade de conservação. Segundo eles, isso pode ser feito pela administração municipal ou pelo governo estadual.

De acordo com o Movimento Pró-Restinga, que organizou o encontro, como a restinga é uma APA, é permitida a instalação de certos empreendimentos, como um resort (estação turística ou hotel com diferentes opções de lazer, geralmente situado fora dos centros urbanos).

De acordo com uma das coordenadoras do movimento, Desirée Guichard, circula na cidade e em jornais internacionais um projeto para a construção de um condomínio local, com capacidade para cerca de 100 mil pessoas, incluindo quadras de esportes e marina para mil barcos, entre outros.

A Associação de Pescadores de Zacarias, localizada em uma área no entorno da laguna de Maricá, diz que o empreendimento é uma ameaça à fauna e à flora, colocando em risco as áreas de brejo, usadas para reprodução de várias espécies. “A restinga é nosso patrimônio. Não podemos aceitar que abram nenhum canal da lagoa para o mar, prejudicando os peixes, aumentando a poluição e o movimento. Se acabarem com os animais, como é que vamos ficar?”, pergunta o presidente da associação, Vilson Correa.

Na reunião, os pesquisadores também chamam a atenção para a biodiversidade que ainda não foi estudada e para os animais em risco de extinção como uma espécie de borboleta e lagartos. Eles lembram ainda que a restinga compreende lagoas, sítios arqueológicos e comunidades tradicionais.

O presidente do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), Luiz Firmino Martins, informa que não consta da lista de licenciamento nenhum empreendimento imobiliário para a região e esclarece que a instalação de qualquer projeto no local deve ser discutida em audiências públicas.

“Se o projeto for dessa magnitude [resort], para deferir a licença, ele tem que passar por um processo de avaliação de impacto ambiental, onde se faz uma série de perguntas sobre o empreendimento. E ainda tem uma série de audiências junto com a comunidade”, afirmou. “Mas não tem nada recente desse tipo que tenha dado entrada no Inea”, completou Martins, referindo-se ao resort na restinga.

EXPLORAÇÃO MINERAL

Fechada exploração mineral no Rio Caiapó, em GO

Nos dias 20 e 21 de julho, a Superintendência do Ibama em Goiás, por intermédio do Escritório Regional de Iporá, realizou uma operação de retirada das dragas e balsas que exploravam areia, ouro e diamante no Rio Caiapó. O Ibama/GO contou com a cooperação do 2º Pelotão Ambiental da PM/GO de Firminópolis, em acatamento à decisão judicial.

O Juiz de Direito da Comarca de Iporá, Dr. Benedito Silva e Souza, acatando uma Ação Civil Pública do Ministério Público da mesma Comarca, oficializou o Escritório Regional do Ibama em Iporá a fim de cumprir o mandado de remoção, busca e apreensão no Rio Caiapó. Portanto, com esse despacho judicial fica fechada a extração mineral no Rio Caiapó.

Apesar da extração ter licença da Agência Goiana de Meio Ambiente, autorizando a mencionada exploração, no entendimento do Ministério Público, a licença estava em desacordo com uma liminar judicial de 1994, que proíbe a extração mineral em todo o leito do Rio Caiapó.

Durante esta operação os fiscais apreenderam materiais predatórios de pesca, como 30 redes e três tarrafas que se encontravam dentro do rio. Segundo o Chefe do Escritório do Ibama em Iporá não houve resistência dos garimpeiros durante o cumprimento da ordem judicial. (Tânia Mara/Ibama)

EXPLORAÇÃO MINERAL

Justiça determina que empresa deve suspender exploração mineral no PR

A 1ª Câmara Cível, por unanimidade de votos, deu provimento ao agravo da AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária, para determinar a paralisação das atividades da empresa De Amorim Construtora de Obras Ltda no município de Mandirituba (PR). A suspensão vale até que se ateste que a exploração mineral desenvolvida não afeta área de preservação permanente, através da elaboração do EPIA - Estudo Prévio de Impacto Ambiental e RIMA ? Relatório de Impacto Ambiental.

Em seu voto, que suspende os efeitos da licença ambiental 217 expedida pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná , o relator, desembargador Ulysses Lopes, ressalta a gravidade da situação, que já gerou, inclusive, uma ação na área criminal e afirma que a continuidade da exploração pode vir a causar danos ?ao bicho homem e outros bichos não humanos?.

Ao lembrar que a área constitui patrimônio nacional, porque, segundo relatório do Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, contém mata atlântica em estágio avançado de regeneração, o magistrado afirmou que a precaução é o meio mais eficaz para se proteger o meio ambiente. (Ascom TJ)

Data da notícia: 21/02/2004 - 00:00:00
Última modificação: -

EXPLORAÇÃO MINERAL

Pesquisa cria modelo para recuperar vegetação em florestas degradadas

O engenheiro florestal Rafael Salomão, do Museu Paraense Emílio Goeldi, apresentou no início de dezembro os primeiros resultados da pesquisa que desenvolve na Floresta Nacional Saracá-Taquera, em Oriximiná, a cerca de 880 quilômetros de Belém, no Pará. O estudo propõe a aplicação de um modelo estatístico para recuperar áreas de florestas degradadas.

A partir da análise de uma região com floresta degradada pela extração de bauxita na Flona Saracá-Taquera, explorada pela Mineração Rio do Norte, Salomão criou um modelo que ajuda a determinar espécies essenciais e secundárias para regenerar a vegetação da melhor forma possível. O próximo passo consiste em criar um programa de computador para simplificar os cálculos do modelo estatístico, auxiliando produtores na regeneração de suas florestas.

Dessa forma, o modelo criado por Salomão poderia ser aplicado em qualquer área florestal, não necessariamente na Amazônia.

Para desenvolver o estudo, porém, ele avaliou uma área de vegetação densa e com um tipo de degradação acentuada. “Apesar de pontuais, as modificações causadas na vegetação pela mineração são muito intensas. As áreas de exploração mineral representam o extremo da degradação artificial”, diz ele

A extração de bauxita exige a retirada completa de toda a cobertura vegetal de floresta, segundo Salomão. Depois, ainda é necessário escavar de 4 a 10 metros de terra no solo para alcançar o minério. “O ambiente fica completamente desestabilizado. Todas as propriedades do solo são alteradas”, diz.

Como seria feita a regeneração de uma área assim? De acordo com o pesquisador, a literatura científica existente sobre o tema é muito vaga. Existe uma orientação consensual para o produtor plantar cerca de 80 espécies para regenerar a área destruída. “Mas nenhum trabalho feito até agora identifica que espécies seriam essas”, explica Salomão.

A partir de um inventário florestal, ele identificou cerca de 1.500 espécies na Flona Saracá-Taquera e começou a aplicar índices ecológicos e socioeconômicos sobre elas.

Os critérios usados consideram abundância de espécies e dados específicos sobre as árvores, como o diâmetro do tronco e o peso. O pesquisador também avaliou valores comerciais das árvores, considerando preço da madeira e de produtos florestais não madeireiros que as espécies podem fornecer.

O resultado matemático permite determinar espécies-chave para a regeneração da área. “O modelo indica de 25 a 35 espécies assim, além de outras secundárias que interagem bem com elas”, diz Salomão. Com o modelo, o pesquisador visa a recuperação de áreas degradadas no menor tempo possível. *(Fonte: Globo Amazônia)*

OBRA PÚBLICA - POSTO DE COMBUSTÍVEL

IAP multa empresas de combustíveis em Londrina/PR

O IAP - Instituto Ambiental do Paraná multou nesta quinta-feira (21) o posto de combustíveis Super Posto 2002 e a distribuidora Texaco, em Londrina (PR), por vazamento de combustível. O problema foi detectado pelo órgão em abril, após uma denúncia, mas somente agora, em outubro, saiu o resultado de análise da água. A contaminação atingiu o lençol freático e o nível de benzeno encontrado na água é 35 vezes maior que o permitido. O vazamento teria começado antes de abril e ainda pode estar acontecendo porque as bombas de combustíveis não foram lacradas.

Segundo o chefe regional do IAP, Ney Paulo Pereira, a denúncia foi recebida no início do ano e foi recolhido material para análise. Recentemente, outra denúncia chegou até o órgão, de um estabelecimento próximo ao posto, que teve seu poço artesiano contaminado pelo combustível. O vazamento foi até 130 metros de profundidade.

De acordo com o gerente do Super Posto 2002, Eliseu Lopes Nogueira, o vazamento aconteceu no encanamento que conduz o combustível até a bomba. "Foi um problema na linha e que já foi resolvido. A linha foi trocada, quem quiser pode conferir o piso novo", garantiu Nogueira.

Pela legislação, é permitido até cinco microgramas de benzeno a cada litro de água. A análise apontou que na água coletada no lençol freático próximo ao posto havia 179,40 microgramas de benzeno por litro de água, quase 36 vezes a mais que o permitido. Por isso, o posto foi multado em R\$ 25 mil e a distribuidora em R\$ 1,5 milhão. O chefe do IAP observou que a diferença de valores existe pois a multa é aplicada conforme o tamanho da empresa. (Gazeta do Povo/PR)

Data	da	notícia:	22/10/2004	-	00:00:00
Última modificação: -					

OBRA PÚBLICA

Ministério Público denuncia contaminação ambiental em Goiás

Um posto de gasolina, um cemitério e um lixão são suspeitos de causar problemas ambientais e de saúde na cidade goiana de Valparaíso. O Ministério Público de Goiás já move ações civis públicas contra os dois primeiros, acusados de contaminar o solo e o lençol freático, e em breve deve processar também o terceiro, instalado próximo a uma nascente.

O Lixão de Valparaíso está localizado próximo a uma Área de Preservação Permanente (APP), o que não impede a chegada de lixo doméstico e hospitalar. Moradores da região confirmam que quando chove, chorume e lixo atingem uma nascente próxima.

"Com certeza, os córregos daqui estão contaminados, pois este lixão tem cerca de 20 anos funcionando. Só uma análise técnica pode confirmar isso, mas eu acho que não tem como dizer que seja uma água saudável. Eu não tomaria banho neste córrego", afirma José Lenilson Alves Paulino.

"Muito tempo atrás, quando nos mudamos para cá, minha mãe e vários outros moradores chegavam a lavar roupa e louça neste córrego", lembra o auxiliar de serviços gerais Antônio Carlos Batista Mendes, morador do bairro há mais de duas décadas. "Hoje, não dá para aproveitar nada. Se a pessoa tomar um banho, vai sair se coçando toda. A chuva vem e leva tudo lá para o córrego".

Segundo a promotora de Justiça de Valparaíso, Tarsila Santos, as denúncias motivaram o MP a instalar um inquérito civil público para reunir provas que permitam acionar a Justiça. "Estamos requisitando algumas informações, estudos e documentos que, analisados, vão produzir provas para que, se for o caso, apresentemos uma ação civil pública. E assim que tivermos as provas necessárias, pediremos liminares, que são julgadas mais rapidamente".

Quando ao posto de gasolina Céu, já interditado, Tarsila informa que investiga denúncias de contaminação do lençol freático por óleo diesel que teria vazado desde 2003. "Sem saber, a população estava usando água de poços contaminados e acabou desenvolvendo algumas doenças. Ainda não está completamente comprovado, mas ficou mais ou menos determinado que o problema ficou restrito à vizinhança do posto".

Já em relação ao Cemitério e Crematório Jardim Metropolitano, Tarsila adverte que ainda não há uma perícia conclusiva sobre a possível contaminação do lençol freático, embora a poluição do solo, segundo ela, já esteja comprovada. "Já constatamos irregularidades e também que a poluição do solo está ocorrendo. Só não sabemos ainda o alcance".

Segundo a promotora, o cemitério não foi construído conforme o estudo de impacto ambiental apresentado por seus donos. "Eles fizeram o estudo, mas não se adequaram a todas as normas estabelecidas". Segundo ela, os túmulos não são adequadamente vedados, o que permite que o necrochorume (líquido resultante da decomposição dos corpos) atinja o solo.

"Todos os túmulos têm de ter uma vedação, mas os peritos do MP em Goiânia constataram que há buracos que permitem que o necrochorume entre no solo. Eles também verificaram que vários destes túmulos estavam inundados por água e tentaram checar se esta água era proveniente do lençol freático, da chuva ou da irrigação da grama. Nem a origem desta água está certa, nem há uma conclusão de que o líquido esteja chegando ao lençol freático".

Mesmo assim, o MP entrou com uma ação civil pública exigindo a interdição parcial do cemitério. "Na própria ação, a gente pede uma perícia mais detalhada. A primeira foi mais

rápida, e só mesmo para constatarmos alguma irregularidade para podermos entrar com a ação, quando vamos analisar tudo de forma mais aprofundada".

Quanto ao posto, Tarsila explica que apesar de as denúncias serem antigas, só agora o MP conseguiu prova pericial de que o óleo diesel saiu do local. Ela conta que pediu a interdição do estabelecimento, o que já havia sido feito antes, mas nunca era efetivamente cumprido devido à falta de provas conclusivas. Além disso, o MP também está pedindo indenização e reparação dos danos ambientais.

Quanto aos supostos problemas de saúde entre moradores, a promotora reconhece a necessidade de novas análises. "Em uma casa onde a Saneago (Empresa de Saneamento de Goiás) analisou a água, ficou demonstrado que a contaminação vinha da própria fossa sanitária da casa, construída muito perto do local onde a água é armazenada. Ainda não temos provas suficientes para afirmar que o cemitério esteja contribuindo para qualquer poluição".

(Fonte: Alex Rodrigues / Agência Brasil)

Data	da	notícia:	27/08/2007	-	00:00:00
Última modificação: -					

OBRA PÚBLICA POSTOS DE COMBUSTÍVEL

Conservação de tanques é precária

A suspeita de que a contaminação por óleo do Rio Verde, em Campo Largo, tenha sido causada por um vazamento em um posto de gasolina traz à tona a discussão sobre o estado de conservação dos reservatórios subterrâneos.

A situação precária em que chegam os tanques em uma metalúrgica de São José dos Pinhais, que fabrica e reforma os equipamentos, referenda a denúncia do presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis do Estado do Paraná (Sindicombustíveis), Roberto Fregonese, de que 30% dos postos da capital apresentam riscos ambientais e de segurança.

O proprietário da metalúrgica, Júlio Goudard, explica que a maioria dos postos de gasolina está substituindo os tanques antigos, pois segundo ele, a nova legislação obriga que os reservatórios subterrâneos sejam revestidos com fibra de vidro, para melhorar o isolamento e aumentar a segurança. "A maioria dos tanques que chega aqui são cortados e viram sucata, pois não têm condições de ser recuperados", afirma o dono da metalúrgica.

Ele calcula que atualmente há no pátio da fábrica quase 200 tanques que foram retirados dos postos. Destes, apenas 10% puderam ser reformados. O restante chega à empresa em péssimas condições de conservação.

Grande parte está enferrujada, amassada e, até mesmo, furada. "O estado dos tanques retirados demonstra os riscos encontrados nos postos", afirma o empresário Colatino de Castro. O presidente do Sindicombustíveis diz que dos 412 postos da capital, 6% poderiam ser classificados como "em situação precária", e que metade dos 2,7 mil estabelecimentos do interior estariam com problemas de segurança.

Campo Largo - A Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente abriu inquérito para determinar os responsáveis pelo vazamento de óleo em Campo Largo. O laudo do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) confirmou que a contaminação do Rio Verde foi feita por óleo e graxa.

De acordo com o diretor de recursos ambientais do IAP, Mário Sérgio Rasera, todas as evidências apontam como responsável pela contaminação do rio o posto Saguaru, localizado na BR-277.

O depoimento do proprietário do posto foi adiado para hoje, pois até sexta-feira, ele não havia conseguido um advogado. O superintendente da delegacia, Celso Gomes, informa que o caso tem um agravante pois houve a interrupção do abastecimento de água, e que sanções estão estabelecidas na legislação específica sobre recursos hídricos. Desde o dia 27 de janeiro, 40 mil moradores de Campo Largo ficaram sem água por causa da contaminação do rio. (Gazeta do Povo)

Data	da	notícia:	06/02/2001	-	00:00:00
Última modificação: -					

OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO URBANO

Biodiversidade protege solo contra desertificação.

A preservação de espécies vegetais é uma forma de proteger áreas secas contra o processo de desertificação, segundo um estudo publicado na edição desta sexta-feira (13) da revista “Science”. A pesquisa contou com cientistas de 14 países e dados dos cinco continentes.

O estudo mostra pela primeira vez que, quanto maior é a diversidade de um ecossistema, mais funções ecológicas ele desempenha. Isso inclui o fornecimento de água e alimentos, assim como a decomposição de dejetos.

“Nossas descobertas sugerem que a variedade em espécies de plantas pode ser particularmente importante para manter as funções do ecossistema ligadas aos ciclos do carbono e do nitrogênio, o que sustenta a captura de carbono e a fertilidade do solo”, afirmou David Eldridge, em material divulgado pela Universidade de Nova Gales do Sul, na Austrália, onde ele trabalha.

“Uma vez que a degradação da terra é frequentemente acompanhada pela perda de fertilidade do solo, a variedade de espécies de plantas também pode promover a resistência dos ecossistemas à desertificação”, prosseguiu o pesquisador na explicação. *(Fonte: G1)*

OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO URBANO

Contaminação do solo será controlada e gerenciada

Um conjunto de normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) passa a valer, a partir de agora, para o gerenciamento de áreas contaminadas no País onde vivem mais de dois milhões de brasileiros, atualmente expostos a contaminantes químicos. Além de determinar o controle dessas áreas, a Resolução do Conama vai uniformizar os procedimentos a serem adotados pelos órgãos ambientais em todos estados e municípios, para verificação da qualidade do solo, níveis de contaminação e medidas de gestão adequadas.

Os principais poluentes que prejudicam o solo e expõem as pessoas a doenças são os agrotóxicos (20%), derivados do petróleo (16%), resíduos industriais (12%) e metais (12%). Além de sua presença nos solos, os agentes tóxicos, patogênicos, reativos, corrosivos ou inflamáveis podem ser encontrados em águas subterrâneas ou em instalações, equipamentos e construções abandonadas, em desuso ou não controladas.

De acordo com levantamento realizado pelo Ministério da Saúde de 2004 a 2008, das 2.527 áreas contaminadas existentes no Brasil, três estados concentram o maior número de pessoas potencialmente expostas. São eles São Paulo, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro.

Segundo dados do Ministério da Saúde, a situação dos contaminados representa um desafio para o Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente com relação à definição de como cuidar da saúde integral das pessoas expostas a contaminantes. E também de como o setor de saúde deve se articular de forma intersetorial, especialmente com os órgãos ambientais e de infraestrutura e até de Justiça, como forma de melhor atender a essa população. A Organização Mundial de Saúde (OMS) confirma que 24% a carga global de doenças e 23% dos óbitos prematuros estão relacionados a problemas ambientais.

A Resolução aprovada pelo Conama ficou três anos em tramitação dentro do Conselho e outros quatro em análise no MMA. De acordo com ministra interina do Ministério do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, sua aprovação concluiu um ciclo estruturante dentro do Conama, se juntando à definições que tratam da qualidade do ar e da água, desde a década de 80.

A Resolução aprovada determina que o gerenciamento de áreas contaminadas terá como princípios básicos a geração e disponibilização de informações; a articulação, cooperação e intergração interinstitucional entre os órgãos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, os proprietários, os usuários e demais beneficiados ou afetados; a gradualidade na fixação de metas ambientais, como subsídio à definição de ações a serem cumpridas; a racionalidade e otimização de ações e custos; a responsabilização do causador pelo dano e suas consequências e a comunicação do risco.

Para o gerenciamento das áreas serão procedimentos e ações deverão estar voltados ao atendimento da eliminação do perigo ou à redução do risco à saúde humana; da eliminação ou minimização dos riscos ao meio ambiente; para evitar danos aos demais bens a proteger; evitar danos ao bem estar público durante a execução de ações para a reabilitação; e possibilitar o uso declarado ou futuro da área, observando o planejamento de uso e ocupação do solo.

O órgão ambiental responsável pelo gerenciamento da área deverá instituir procedimentos e ações de investigação e de gestão seguindo etapas determinadas de Identificação, Diagnóstico e Intervenção.

Na primeira etapa, quando forem identificadas áreas contaminadas, deve ser realizada uma investigação confirmatória, com custos para o responsável, seguindo normas técnicas e procedimentos vigentes. O diagnóstico tem por objetivo subsidiar a etapa de intervenção, caso a investigação confirmatória tenha identificado substâncias químicas em concentrações acima do valor de investigação. A intervenção prevê a execução de ações de controle para a eliminação do perigo ou sua redução a níveis toleráveis, bem como o monitoramento da eficácia das ações executadas, considerando o uso atual ou futuro da área. *(Fonte: MMA)*

OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO URBANO

O parcelamento do solo constitui o instituto jurídico pelo qual se realiza a primeira e mais importante etapa de construção do tecido urbano, que é a da urbanização. Nessa etapa, define-se o desenho urbano, constituído pela localização das áreas públicas destinadas a praças, equipamentos urbanos e comunitários, traçado do sistema viário e configuração dos lotes. Os lotes definem a localização precisa das edificações que serão sobre eles construídas, nos termos fixados pelo plano diretor. Assim sendo, uma boa gestão do parcelamento do solo é condição indispensável para que a cidade tenha um crescimento harmônico, que respeite o meio ambiente e propicie qualidade de vida para os moradores.

Entretanto, a maior parte do território urbano do País tem sido constituído mediante parcelamento irregular do solo. São os chamados "loteamentos clandestinos", empreendimentos realizados à margem da legislação urbanística, ambiental, civil, penal e registrária, em que se abrem ruas e demarcam lotes sem qualquer controle do Poder Público. Estes são em seguida alienados a terceiros, que rapidamente iniciam a construção de suas casas. Os assentamentos assim constituídos não obedecem a qualquer planejamento urbanístico e são totalmente carentes de infra-estrutura.

Os loteamentos clandestinos podem ser promovidos tanto pelos proprietários do terreno quanto por terceiros. No primeiro caso, busca-se escapar dos procedimentos e ônus contidos nas leis federais, estaduais e municipais, tais como destinação de áreas públicas e realização de obras de infra-estrutura. No segundo, trata-se da chamada "grilagem" de terras, em que pessoas inescrupulosas vendem terrenos alheios como se lhes pertencessem.

Nem sempre é imediata a identificação da grilagem de terras. Em virtude da fragilidade do sistema de registros de imóveis, muitas vezes apresentam-se mais de uma pessoa com títulos de propriedade sobre o mesmo terreno. É comum também a existência de títulos com descrições vagas do imóvel, que não permitem sua precisa delimitação.

Independentemente desses aspectos civis, os moradores de loteamentos clandestinos não são proprietários de seus terrenos, mesmo quando o loteador é o proprietário da gleba original. Isso ocorre porque a regularidade urbanística do empreendimento é sempre uma condição para seu registro em cartório, momento em que são individualizados os lotes, mediante abertura das respectivas matrículas. Antes do registro, os lotes ainda não existem juridicamente e portanto não constituem objeto suscetível de ser alienado.

Ao lado dos loteamentos clandestinos, também constituem parcelamento irregular do solo os assentamentos informais criados diretamente pelos moradores. Estes podem ter origem em ocupações individuais, que se agregam ao longo do tempo, ou coletivas, organizadas por movimentos sociais. Nesses casos, comumente denominados "favelas", não há um empreendedor que venda os terrenos, nem prestações a serem pagas.

Dentre outros transtornos causados pela ocupação irregular do solo urbano, destacam-se os seguintes: desarticulação do sistema viário, dificultando o acesso de ônibus, ambulâncias, viaturas policiais e caminhões de coleta de lixo; formação de bairros sujeitos a erosão e alagamentos, assoreamento dos rios, lagos e mares; ausência de

espaços públicos para implantação de equipamentos de saúde, educação, lazer e segurança; comprometimento dos mananciais de abastecimento de água e do lençol freático; ligações clandestinas de energia elétrica, resultando em riscos de acidentes e incêndios; expansão horizontal excessiva da malha urbana, ocasionando elevados ônus para o orçamento público.

A ocupação irregular do solo está na origem, portanto, dos principais problemas urbanos, em áreas tão variadas quanto segurança, saúde, transportes, meio ambiente, defesa civil e provisão de serviços públicos. Esses problemas não afetam apenas a população neles residente, mas estendem-se para toda a população, seja pela ampliação desnecessária dos custos de urbanização, seja pelas externalidades negativas decorrentes de fenômenos como a contaminação e o assoreamento dos recursos hídricos e a disseminação de doenças contagiosas.

A ocupação ilegal do solo urbano é uma forma de obtenção de renda utilizada por pessoas de todas as classes sociais. Ao lado dos ocupantes que efetivamente "sem teto", estão pessoas que pagavam aluguel, que moravam com parentes ou mesmo que já tinham uma moradia, mas querem simplesmente ampliar seu patrimônio. Muitos lotes são ocupados, desde a origem, apenas por prepostos de grileiros, que os pagam para exercer a posse em seu nome. Outros são ocupados originalmente por alguém que logo os aluga a terceiros. De fato, também nas favelas grande parte dos moradores paga aluguel.

Mesmo quando compram terrenos de um empreendedor, a maioria dos moradores de assentamentos informais tem consciência de sua ilegalidade e das carências de infraestrutura. Essa condição é aceita em função dos preços mais baixos. Ocorre que os terrenos sofrem uma valorização extraordinária durante a urbanização e regularização do assentamento. À medida que os terrenos se valorizam, grande parte dos moradores originais os vendem para pessoas de renda mais alta e buscam novos assentamentos informais em que possam reiniciar o processo.

Não se trata apenas de um passivo a ser coberto por investimentos em urbanização e regularização fundiária. Tampouco se pode atribuir a irregularidade urbana exclusivamente à pobreza da população e à falta de uma política habitacional. Nenhuma política voltada para os atuais assentamentos atingirá seus objetivos enquanto não for implementado um conjunto de medidas voltadas para impedir o surgimento de novos assentamentos clandestinos.

Leia mais: <http://jus.com.br/revista/texto/8781/ocupacao-irregular-do-solo-urbano#ixzz1rPTHiRqm>

OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO URBANO

Ocupação irregular do solo é principal causa dos desastres provocados pelas chuvas

As chuvas têm provocado dezenas de mortes e deixado milhares de pessoas desabrigadas no Brasil desde novembro passado. Os estados mais atingidos são Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Os problemas se repetem a cada ano. Famílias perdem tudo, mas voltam a construir moradias em locais precários, por não ter para onde ir. E o círculo vicioso se mantém.

O excesso de chuvas provoca três tipos principais de problema. O primeiro é a enchente dos rios, como explica o major Edilan Arruda, chefe da comunicação da Defesa Civil de Minas Gerais.

“O crescimento demográfico fez com que várias pessoas começassem a construir no leito maior do rio, aquele espaço que a própria natureza criou para que, no período das chuvas, essa água pudesse transbordar sem prejudicar nada e ficar na própria natureza. Como o homem construiu muito perto dos rios, a tendência natural é que quando chova muito os rios venham a subir e necessariamente ocupar aquele espaço que hoje está construído”.

As enxurradas são outro problema causado pelas chuvas nas cidades, lembra o major. “A enxurrada é quando existe um excesso de água dentro das cidades, essa água não escorre pelas canalizações, fica em cima das ruas e produz então o que nós chamamos de enxurrada.”

Os deslizamentos de encostas são o terceiro tipo de desastre que as chuvas provocam. De acordo com o professor Luiz Fernando Scheibe, do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina, o fenômeno é mais raro, mas ocorreu com muita força no fim do ano. De acordo com ele, também nesse caso, a tragédia no estado ocorreu por causa da ocupação irregular do solo.

“As principais áreas afetadas foram as áreas de encostas, muitas delas áreas de preservação permanente, que foram ocupadas de uma forma irregular”, diz Scheibe, acrescentando: “Por isso mesmo, se quisermos procurar culpa nas autoridades, a culpa reside especialmente no fato de não ter havido uma fiscalização, que o município tenha coibido a habitação nessas áreas. Não deveria ser permitido, foi permitido irregularmente”.

Scheibe destaca que a chuva em Santa Catarina foi muito mais forte do que o esperado em 2008, e em uma região que não costuma ocorrer, por isso não havia como evitar a tragédia.

“Não há como evitar os deslizamentos. Em alguns casos, a ocupação da encosta aumenta o perigo da incidência e aumenta a frequência da incidência dos deslizamentos, por que as pessoas, ao fazerem as suas casas, escavam o morro e abrem plataformas para instalarem as casas. Isso aumenta localmente a declividade e a infiltração de água no terreno. E ao mesmo tempo, claro, torna um fenômeno que seria natural num problema social”, afirma Scheibe.

Depois dos desastres, algumas providências começaram a ser tomadas. Em Santa Catarina, o governo montou um grupo para estudar as áreas de risco, como explica o professor. “O que tá sendo feito agora é um estudo bastante elaborado de todas essas áreas. Espera-se que a partir desse estudo as autoridades municipais e estaduais possam trabalhar mas efetivamente no controle da ocupação dessas áreas, mais suscetíveis a esse tipo de fenômeno.”

O professor lembra que Santa Catarina ainda tem pessoas desabrigadas, que tiveram as casas condenadas pela Defesa Civil. “Há muitas áreas de risco ainda, tem muitas pessoas cujas casas não foram diretamente afetadas até agora, mas estão sendo impedidas de voltar para suas casas porque existe o risco que pode ser colocado como muito grande, de que mesmo com chuvas muito menores do que aquelas que aconteceram, essas casas venham a ser afetadas pela continuidade do processo que já foi iniciado em muitas áreas.”

Em Belo Horizonte, a Secretaria de Políticas Urbanas vai licitar um estudo de toda a bacia do ribeirão Arrudas, que atravessa a cidade, para descobrir o que tem causado as enchentes na região metropolitana. Fora isso, a prefeitura retira as pessoas que ocuparam as beiras do rio e constrói bacias de retenção. Belo Horizonte já conta com sete represas desse tipo, mais a barragem da Pampulha.

Além de fazer a represa, que segura a água da chuva e a libera aos poucos, para o rio não encher, a área é reflorestada e não pode ser ocupada de novo. De acordo com a Secretaria de Políticas Urbanas, duas medidas concretas estão sendo tomadas, com investimento de R\$ 160 milhões: a remoção de famílias da bacia do córrego do Bonsucesso, para a construção de uma bacia de contenção de cheias no local, e a limpeza do fundo dos córregos Olaria e Jatobá. Os três córregos abastecem o ribeirão Arrudas na capital mineira.

O major Edilan Arruda, da Defesa Civil de Minas Gerais, explica que, para evitar desastres causados pelas enchentes, é preciso manter os rios limpos, além de treinar a comunidade. “Limpeza de rios, de córregos, alguns tipos de canalizações e aprofundamento dos rios, se for necessário, enfim, uma série de ações que podem ser feitas.”

Quanto ao problema da enxurrada, que ocorre quando a canalização da cidade não comporta o volume de água, o major lembra que é preciso manter as ruas limpas e os bueiros desentupidos. “Uma das ações de prevenção é fazer com que o sistema de canalização da água seja bem feita na cidade ou exista em locais passíveis de enxurrada. Também não se deve obstruir, jogar lixo nas ruas e é importante fazer a limpeza de bocas de lobo.”

Matéria de Akemi Nitahara, da **Rádio Nacional**, publicada pelo EcoDebate, 02/02/2009

ATIVIDADE INDUSTRIAL

China reduz produção industrial para cortar poluição na Olimpíada

Autoridades da China ordenaram que empresas de Pequim e outras cinco províncias vizinhas reduzam as atividades industriais a partir do final de julho para garantir a qualidade do ar durante os Jogos Olímpicos.

Essa é a maior tentativa até o momento de cortar as emissões de gases poluentes para melhorar a qualidade do ar que será respirado pelos atletas durante a Olimpíada, segundo informações divulgadas nesta terça-feira (26) pela agência de notícias estatal Xinhua.

A medida restritiva inclui, além de Pequim, a metrópole de Tianjin, as províncias de Hebei, Mongólia Interior, Shanxi e Shandong.

Mais de dez fábricas originalmente programadas para fechar nos próximos dois anos encerrarão suas atividades antes de junho.

“A qualidade do ar em Pequim é definitivamente influenciada pelas províncias vizinhas”, justificou o oficial da Agência Estatal de Proteção Ambiental, Wang Jiang.

“Mas, se seguirmos à risca o plano, deveremos atingir a meta de qualidade do ar para os Jogos”, completou Wang.

Plano – O plano, que recomenda a redução da atividade industrial, é baseado em um levantamento elaborado em parceria pelas universidades de Pequim e Tsinghua e sugere que os esforços devem ser concentrados nas usinas termoelétricas e siderúrgicas.

“O estudo identifica poluidores individualmente e estabelece o que eles devem fazer e quando devem fazer”, disse Wang.

A maior poluidora de Pequim, a produtora de aço Shougang Steel, deverá ter a operação limitada durante a Olimpíada e será removida dos arredores da capital em 2010.

A estratégia para melhorar a qualidade do ar de Pequim como um todo inclui ainda a adoção de um rodízio de carros, para diminuir o número de veículos nas ruas, e o fechamento de 40 fábricas altamente poluentes até dezembro.

Longa campanha – A ordem de redução na atividade industrial às vésperas dos Jogos Olímpico vem em meio a uma longa campanha de combate nacional à poluição, patrocinada pelo Partido Comunista na China.

Nesta terça-feira, o governo também anunciou que vai obrigar as empresas que têm ações na bolsa a submeter um “relatório verde” junto com o balanço anual.

O documento vai registrar o desempenho das firmas no quesito ecológico e deverá revelar se as empresas cumpriram metas de preservação do meio ambiente.

As companhias ainda não listadas que quiserem entrar na bolsa terão de se adequar aos padrões de proteção ambiental estipulados pelo governo, sob pena de ter a candidatura para emissão de ofertas iniciais rejeitada.

Com a medida, o governo diz esperar que o comprometimento das empresas em reduzir emissões não seja apenas temporário, para aliviar a poluição durante a Olimpíada, mas sim permanente. (*Estadão Online*)

ATIVIDADE INDUSTRIAL

Estudo mostra que poluição tomou 70% das águas de rios do Brasil

A poluição tornou 70% das águas de rios, lagos e lagoas do Brasil. É o que aponta relatório editado pela organização não-governamental Defensoria da Água, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A pesquisa, que traz dados do período 2004-2008, envolveu 423 pesquisadores, 830 monitores de campo e cerca de 1.500 voluntários, que identificaram 20.760 áreas de contaminação em todo o país.

Em relação à primeira edição do documento, divulgado em 2004, a contaminação das águas superficiais cresceu 280%. Nesse ritmo, se nada for feito, nos próximos quatro anos 90% das águas estarão impróprias para o contato humano, sendo que atualmente mais de 70% já é imprópria para o consumo, diz o texto.

“As principais causas da contaminação são atribuídas principalmente ao agronegócio e à atividade industrial. Há uma falta generalizada de controle e de fiscalização da geração, da destinação e do tratamento de resíduos, sejam eles urbanos, de saúde ou residenciais”, avalia o secretário-geral da Defensoria da Água, Leonardo Morelli.

De acordo com o relatório da ONG, a mineração, a produção de suco de laranja e de derivados da cana-de-açúcar são destaques negativos pelos problemas ambientais provocados pelo descarte inadequado de resíduos industriais e pelas conseqüências sociais ligadas aos empreendimentos, como exploração de mão-de-obra e avanço sobre áreas indígenas.

O documento critica ainda a euforia com a produção de biodiesel, o que, segundo a ONG, demonstra uma tendência para a economia agrícola, com empresas petrolíferas altamente contaminadoras apropriando-se indevidamente do discurso do uso de elementos naturais que na verdade mascaram as tentativas de sobrevida dos combustíveis fósseis.

O lançamento de esgotos diretamente nos rios e a exposição de resíduos em lixões também são apontadas como causas do crescimento contínuo da poluição das águas, principalmente em áreas urbanas.

A existência de lixões continua sendo uma realidade irrefutável em mais de 4,7 mil municípios sendo que a deposição de resíduos sem controle ou proteção continua ocorrendo nas margens de cursos de água e proximidades de nascentes, relata o texto.

Um agravante, segundo a ONG, é que menos de 3% dos lixões enquadram-se na categoria de aterros controlados, por exemplo. Além disso, o país conta com cerca de 20 aterros devidamente licenciado e com capacidade para receber lixo hospitalar infectante. De acordo com o relatório, as 20.760 áreas de contaminação mapeadas pelos pesquisadores afetam diretamente cinco milhões de pessoas, além de outras 15 milhões de vítimas de impactos indiretos. *(JB Online)*

ATIVIDADE INDUSTRIAL

Aquecimento global aumenta disseminação de doenças

O aquecimento global constatado até agora parece estar deixando a população mundial mais doente, informam especialistas internacionais em saúde. "O clima afeta algumas das mais importantes doenças do mundo", afirma Diarmid Campbell-Lendrum, da OMS - Organização Mundial da Saúde. "Os impactos podem já ser significativos".

Outros especialistas, num painel da conferência anual das nações Unidas sobre mudança climática, a COP12, que se realiza em Nairóbi, citaram o recrudescimento recente de doenças como malária e dengue em países como o Quênia, a China e, até, na Europa.

"A mudança climática poderá esmagar os serviços de saúde pública", disse Kristie L. Ebi, consultora da OMS.

Os especialistas apresentaram suas descobertas mais recentes nos dias finais da conferência, que se encerra no dia 18, e que agora se dedica às questões técnicas relativas à efetivação do Protocolo de Kyoto, além de buscar os rumos para depois de 2012, quando o acordo, firmado no Japão em 1997, expira.

Além de confundir as zonas climáticas do mundo, uma elevação continuada da temperatura da Terra - fenômeno provocado, ao menos em parte, pela atividade industrial humana - "ampliará as ameaças à saúde, particularmente nas populações de baixa renda, predominantemente nos países tropicais e subtropicais", afirma uma rede de cientistas especializados em clima, mantida pela ONU.

Esses problemas emergem em partes do mundo que contribuem pouco para o aquecimento global, destaca Campbell-Lendrum. "É uma questão global e uma questão de justiça global", afirmou o cientista.

No Quênia, onde as temperaturas têm subido junto com a média global, epidemias de malária começam a ocorrer em áreas de terreno elevado, onde o clima mais frio vinha, historicamente, mantendo a população do mosquito transmissor da moléstia sob controle, disse Solomon M. Nzioka, consultor do Ministério da Saúde queniano.

Pesquisas mostram que mesmo uma elevação aparentemente insignificante da temperatura pode decuplicar a população do mosquito, afirma ele.

A médica Bettina Menne, da OMS, afirma que já há casos de malária registrados na Rússia. (AP/Estadão Online)